

MATERIAL DIDÁTICO EM LÍNGUA GUARANI PARA ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO¹

Tomas Vera (Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu - UFGD)
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (UFGD)

RESUMO: Por meio das observações na escola indígena em que trabalho, percebi a necessidade de pesquisar sobre o material disponível em língua guarani para o uso dos professores na alfabetização. Escolhi as duas escolas pólos do município que trabalho – Paranhos-MS, ambas com duas extensões, para realizar esses estudos, o interesse, então, eram os livros e apostilas em guarani para uso nos anos iniciais do ensino fundamental, primeiro, segundo e terceiro anos. Para realizar esse estudo, a base principal foi a discussão em torno de letramento e alfabetização (MELIÁ, 1975; TFOUNI, 2006; BERGAMASCHI, 2008). Os dados mostraram que as escolas possuem poucos materiais, isso tanto em português quanto em guarani, mas comparando os poucos materiais verifiquei que estão muito mais em língua portuguesa. Outro fator apresentado é que além de haver poucos materiais em guarani poucos são usados, o fato comprovador disso é a quantidade de material lacrado.

Palavras-chave: material didático, alfabetização/letramento, língua guarani.

ÑEMOMBYKY: Ahecha rupi che mbo'ehaópe ha ambue mbo'ehaope oiva tekoha Paranhos jerére tekoteveha agueru kuaapy Kuatia haipyre ñe'ẽ portuguespegua ha guaranipe, oiva mbo'ehaope. Mba'éichapa mbo'ehára kuéra oiporu ko'áva kuationguerekova mitãndive. Ha aiporavo mokõi mbo'ehao (pólo) che município Paranhospegua, ajapo haguã ko tembiapo ahecha porã haguã pe ojehuva mbo'ehao rupi. Umi kuationguarani ñe'ẽpegua ojeporúva pré ha 3º añopeve, avei ahecha haña mbo'ehaope kuationguarani haipyre oi opa mbo'ehao rupi. Ikatu haguã rojepy'a mongueta mba'éichapa rojapota terã rohaita ore ñe'ẽteepe ha ore reko teerupi. Ikatu haguãicha mitã kuéra oñenandu porã umi kuationguarani ojehaiva ñe'ẽtépe. Ko tembiapo ojehu haguã roñe'e va'ekue mba'éichapa oñembo'e umi mitã kuationguarani karai kuationguarani rupi mbo'ehaope. Ha umi karai mbo'ehaope ñambueterei ndaha'ei guarani kuéra mba'éicha, upeagui tekoteve ojeha ha oikuaa opavave karaikuéra ikatu hañaicha he'i: Ava guarani ha kaiowá ndaha'eiha ñandéicha oñombo'e oikuaa haguã mba'éichapa ohai haguã, omoñe'e haguã kuationguarani, he'i petei mbo'ehára tetã ambuepegua hérava (MELIÁ, 1975). Heta henda rupi umi mbo'ehaope tapicha omba'apo karai omba'ehaicha he'i avei petei mbo'ehára hérava (BERGAMASCHI, 2008). Ahecha haicha michieterei oi kuationguaranipegua há sa'i ojeporu.

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa de Prolicen realizada pelo aluno Tomas Vera, sob a orientação do professor Francisco Vanderlei F. da Costa. O texto foi produzido em conjunto, mas se preferiu dar preferência ao uso da primeira pessoa do singular na maior parte do texto, pois se escolheu um narrador que revela somente o aluno/pesquisador indígena.

Introdução

Sou professor indígena guarani, trabalho com salas de alfabetização e moro na aldeia Arroyo Kora há quatro anos. Antes de chegar a essa Terra Indígena, trabalhei na aldeia Setes Cerros durante seis anos, ambas as localidades são no município de Paranhos-MS. Comecei a atuar na sala de aula em 2000, lecionava da primeira a quarta série do ensino fundamental, as turmas eram bi-seriadas, lá vivi e atuei por seis anos consecutivos.

Em dois mil e um, fui convidado para participar do curso de formação em nível médio projeto Ará Verá, nele concluí o ensino médio no ano de 2005, pois antes eu só tinha estudado até a 8ª série do ensino fundamental, no final do último ano de meus estudos fui transferido para a aldeia Arroyo Kora. Essa era uma área recém-retomada e demarcada, onde permaneço até os dias atuais, este ano trabalho com o segundo ano do ensino fundamental. Após terminar o curso em nível médio, fui selecionado no vestibular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) me tornando aluno da primeira turma do curso Teko Arandu (vivendo com sabedoria), o qual é resultado da luta dos movimentos de professores guarani e kaiowá.

A primeira turma do curso Teko Arandu já está no núcleo específico. Nesta etapa escolhi seguir formação em linguagem, procurando dar ênfase no estudo de questões ligadas à língua guarani. Após iniciar, observei que na minha própria escola não havia materiais para trabalhar com alfabetização e que não há livros didáticos produzidos na língua indígena. Diante dessa observação, comecei a pensar que meu objetivo de alfabetizar meus alunos dificilmente iria ser alcançado da forma que eu estava trabalhando, não tinha aquilo que é do meu próprio povo, coisas que façam sentido para as crianças guarani e kaiowá da minha aldeia e das outras escolas das quatro áreas indígenas do meu município, onde moram meus parentes e patrícios, os quais também sofrem quando temos que alfabetizar. Com isso pensei o que fazer para resolver esta situação.

Propus-me a elaborar um projeto de pesquisa para saber como estava a situação em todas as escolas do município, nesse projeto pensamos olhar os materiais didáticos disponíveis nas escolas. Sob orientação do professor Francisco Vanderlei Ferreira da Costa da Faculdade de Letras da Universidade Federal da Grande Dourados, desenvolvi, entre agosto/2008 a julho/2009, a referida pesquisa nas escolas indígenas do município de Paranhos-MS. As escolas indígenas (denominadas em Paranhos de escolas rurais) são duas escolas pólos e quatro extensões distribuídas em cinco aldeias,

Pirajui, Potrero Guasu, Sete Cerros, Paraguasu, e Arroyo kora. Percebi que ainda hoje, depois de muito se propagar a escola indígena, a realidade sobre os livros didáticos é que só temos os que são fornecidos pelo programa de livros didáticos do governo federal, sendo que estes não tratam de questões relevantes a causa guarani e kaiowá, é distante da nossa realidade. Seus conteúdos são bons, no entanto, ficam alheios às nossas especificidades.

O primeiro passo da pesquisa foi visitar as lideranças de cada aldeia falando sobre a pesquisa que iríamos realizar, em seguida fomos às escolas, também através do diálogo, pedimos autorização aos professores para mexer nos armários descobrindo os materiais que a escola possui. Concentrei² a pesquisa nos livros em língua guarani, quantidade e uso desses materiais com as crianças na escola. Assim, essa pesquisa objetiva fazer o levantamento de materiais escritos na língua guarani, para a partir disso, pensar na hipótese de produzir um material que atenda às necessidades do meu povo conforme a nossa realidade. Olhando para a educação como uma fonte de informações sobre a nossa cultura, tradições e língua e alcançando uma educação de qualidade, específica e diferenciada dentro da nossa comunidade na nossa escola.

Alfabetização e letramento em escolas indígenas

Segundo Melià (1979), a alfabetização tem que ser analisada conforme a situação lingüística de uma sociedade indígena ou étnica, também deve estar ligada à realidade sócio- lingüística de cada etnia. A sócio-lingüística poderia facilitar a análise da situação e da realidade de cada povo e etnia. A alfabetização precisa ser discutida entre as comunidades conforme a língua, a cultura e os contatos com outros povos indígenas e não-indígenas. Sem essa aproximação e um estudo aprofundado, não será fácil verificar o quanto a alfabetização formal estará influenciando na situação de um povo e de uma cultura.

Sem conhecer a situação real de nossa etnia não será possível alcançar os objetivos que fizeram com que a escola formal chegasse às aldeias. Vejo que os alfabetizadores indígenas ainda não conseguem analisar a situação da sociedade e ligar isso à alfabetização escolar. A escola ainda não consegue discutir a realidade que a

² Porém não foi possível não perceber a quantidade de material em língua portuguesa nas escolas das aldeias.

cerca, talvez porque muitos dos professores foram alfabetizados em escolas tradicionais e não indígenas, aliado a isso se tem a falta de apoio para elaborar um currículo próprio.

Outro ponto de vista sobre alfabetização é o de Tfouni (1995), para ela a alfabetização deve acontecer em conjunto com o letramento, os dois são ligados e inseparáveis. A alfabetização é um processo, o qual depende dos objetivos que cada escola se propõe ao alfabetizar. Para ela o letramento vem focalizado nos aspectos sócio- históricos dos sistemas escritos de cada sociedade. Cada povo possui características próprias, essas marcas interferem na maneira de alfabetizar, levando às variadas realidades sociais, como as línguas usadas pelas diferentes etnias. Percebo que a como a alfabetização vem acontecendo no meu município, com os materiais que a escola possui, será difícil alcançar objetivos críticos para com as crianças da nossa comunidade. A escola não possui os materiais específicos para alfabetização e letramento, pois ignorar a língua é deixar de perceber que somente por meio dela se atinge as idéias da comunidade guarani e kaiowá.

A prática pedagógica na escola indígena exige um currículo específico, com projetos próprios de uma escola diferenciada, intercultural, bilíngüe e/ou multilíngüe, conforme a legislação. Assim se garantirá o respeito aos modos de ser de cada povo das diversas etnias no Brasil e no mundo (SILVIA & FERREIRA, 2000). Quando se fala que a escola indígena tem que ter os seus conhecimentos próprios com autonomia para gerir e administrar-se, observo as escolas no meu município que continuam sendo consideradas como escolas rurais. Nos documentos do estado de Mato Grosso do Sul, as escolas das aldeias de Paranhos são chamadas de escolas indígenas, no município são nomeadas de escolas rurais. Na prática ainda não é completamente indígena, pois nem sempre a comunidade é consultada para determinar ou definir sobre nossa prática pedagógica, os conhecimentos dos mais velhos são ignorados pelos administradores escolares, estes são não indígenas. Com isso, posso afirmar que o que se refere ao envolvimento da comunidade no espaço escolar pouco tem sido efetivado.

O currículo não esta sendo construído conforme a legislação, ou seja, respeitando a diferença e a organização do nosso povo. Pois o PP (Projeto Pedagógico) esta sendo construído na secretaria municipal de educação sem nenhum professor indígena participando das decisões e das discussões. Precisamos construir em conjunto as diretrizes daquele município, para que a comunidade se sinta bem com aquilo que foi discutido e colocado em nome das escolas para funcionar especificamente na educação de seus filhos.

Com a participação de famílias, parentes, comunidade em coletividade como é o costume dessa etnia, podemos organizar nosso próprio currículo na educação escolar de nossa comunidade. Também podemos construir e produzir nossos próprios livros didáticos conforme a realidade de nosso povo. As idéias dos povos indígenas sobre educação específica são diferentes no que se refere à organização, aos costumes e às línguas, pois possuímos um tempo e um espaço próprios para a realização das coisas, sendo que nem sempre isso é respeitado o que impede a nossa participação em determinadas reuniões de decisão (BERGAMASCHI, 2008). Cada povo, portanto, se respeitado suas especificidades pode produzir e publicar o material didático, com todas as especificidades existentes para ser utilizado nas escolas indígenas conforme é garantido nas legislações a nível nacional, estadual e municipal.

Val & Marcuschi (2005) discute os livros didáticos, mostrando que esses materiais muitas vezes não conseguem respeitar as realidades locais, são feitos para atingir um grande público. A Constituição Federal favorece os direitos nessa questão, mas através das discussões das línguas em relação à portuguesa vemos que não há igualdade, pois os livros didáticos são somente produzidos nesta segunda língua, não fazem sentido quando considerados os processos sócio-históricos próprios de cada povo. A diversidade existente nas terras indígenas, chegando aos livros escolares, levará as práticas escolares a serem mais eficientes e essenciais para a formação de cada cidadão indígena, fortalecendo seu jeito de ser, de viver e de perseverar seus costumes e crenças. Com isso, poderemos organizar, construir e produzir a escola que queremos.

A educação escolar indígena de hoje não pode ser pensada como antigamente, com objetivo de uma escola integracionista. Pois refletida na nova constituição de 1988 foi pensada e garantida uma educação diferenciada e de qualidade, com garantias de construção e planejamento conforme as demandas de cada comunidade indígena. Isso, inclusive, imputa às escolas a responsabilidade de preparar as crianças proporcionando a elas autonomia para lutarem por igualdade diante de qualquer cidadão com os quais dividem o espaço. Pois a escola deve constituir um espaço privilegiado de construção de alternativas aos desafios surgidos no seio da sociedade brasileira indígena e não indígena. Não substituindo os conhecimentos tradicionais, mas criando uma interação sustentável entre os dois conhecimentos - tradicional e universal (NASCIMENTO, 2004).

Voltando à constituição de 1988, aos artigos 231 e 232, nestes fica fixado a necessidade de se pensar e fazer uma educação onde se respeita o modo de ser e de

viver, isso só fortalece o debate que travamos até aqui. A escola indígena legalmente é organizada de acordo com o pensamento dos povos indígenas, isso resultado de anos de luta, mas também hoje é uma âncora para que as comunidades indígenas possam cobrar das autoridades o que está na lei constituído. A qualidade no ensino pode não estar acontecendo, mas não é por causa da legitimidade. A sociedade brasileira reconhece por meio de sua lei maior que a educação escolar indígena deve ser gerenciada pela comunidade indígena.

Também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394) reafirma o ensino em língua portuguesa, porém reforça o direito de os povos indígenas terem assegurada a utilização de suas línguas maternas em um processo próprio de aprendizagem. Esse lei tem a preocupação, nos artigos 78 e 79, de mostrar que em uma educação diferenciada há espaço para o acesso ao conhecimento chamado de científico. Isso mostra que o conteúdo da escola indígena não é prefixado, essas sociedades têm valorizado suas realidades e cobrado conteúdos científicos, esse é um direito que também não pode ser suprimido. Diante desse debate, o próximo passo é continuar cobrando das autoridades competentes o cumprimento das leis em vigor no nosso país, as quais nos referenda a organização, a produção e a publicação de materiais didáticos específicos para cada povo. Pois a quantidade de editais para esse fim tem se mostrado bastante ineficiente, também outras ações de apoio não têm conseguido atingir níveis satisfatórios.

Continuando em legislação, a lei n.10.172 reforça todo o pensamento aqui defendido, pois ela afirma a postura de assegurar as autonomias das escolas, no que se refere a calendários específicos, equipamentos pedagógicos próprios. Essa lei ressalta bem a questão do tempo para efetivar uma educação indígena e foi promulgada em 2001, entretanto as escolas indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul ainda almejam muito do que ela propõe e na prática não foi conquistado. Muitos gestores da educação indígena são não indígenas e não conseguem perceber que as reivindicações de professores indígenas e comunidade devem ser levadas em consideração para as tomadas de decisão.

O parecer 14/99 mostra a necessidade de se distinguir claramente dois termos: educação indígena e educação escolar indígenas, pois são definições distintas. A educação indígena é a que ocorre em um processo natural na sociedade indígena, entre seus membros, garantindo a sobrevivência e a reprodução dos costumes, crenças e valores próprios. Já a educação escolar indígena posiciona a escola, com um currículo

diferenciado, como a mediadora e construtora do debate e dos conhecimentos da sociedade e da ciência em geral. A Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação merece um destaque especial, ela entre outras atribuições direciona os órgãos que serão responsáveis para efetivar a escola indígena, nomeando quem por direito será responsável para que haja a escola indígena e o ensino de qualidade. À união, por exemplo, cabe “legislar, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino”, aos estados caberá “ofertar e executar a educação escolar indígena diretamente” não esquecendo que isso deve acontecer em “regime de colaboração com seus municípios”.

O Conselho Estadual de educação de Mato Grosso do Sul, em cumprimento das leis federais, em outubro de 2002, fixa as normas para as escolas indígenas desse estado lançando a deliberação nº 6767. Essa tem como finalidade normatizar e autorizar o funcionamento da educação básica - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Essa deliberação, em seu art. 2º, comenta sobre os objetivos de uma escola indígena em cada comunidade do estado, garantindo a sistematização desse ensino ligando-o à valorização dos conhecimentos e costumes tradicionais dentro de um modo de ser diferenciado. Nela também aparece o direito aos conhecimentos específicos e universais, a participação coletiva nas definições dos planejamentos para o futuro das crianças e das comunidades, isso tudo visando assegurar a interculturalidade e diversidade linguística.

Outro fator muito relevante dessa legislação estadual é quanto à constituição de elementos básicos para que seja organizada uma educação diferenciada e específica, por meio da estrutura e do funcionamento dentro da aldeia com as atividades de docência sendo **exercida prioritariamente pelos professores indígenas oriundos daquele povo**. Esse direito assegura aos indígenas vagas para discutir uma escola que está nascendo e que tem muito a ser construída. Muitas prefeituras ainda não efetivaram os professores indígenas nas vagas disponibilizadas, mas certamente, essa cobrança está sendo mantida.

Diante deste quadro, vejo que tanto na teoria quanto na legislação, temos um bom debate construído, a longa jornada a ser trilhada se concentra na implementação de ações que efetivem a escola indígena. É necessária uma fomentação nas bases e também nos órgãos responsáveis para que viabilizem formas menos burocráticas para a produção e publicação de livros que atendam as demandas existentes não só para nosso povo mais para todas as etnias que já tem documentada sua escola. Elas não possuem

materiais próprios para efetivar seu trabalho e assim garantir o registro de conhecimentos tradicionais, pois sem registrá-los dificulta imortalizar os saberes ancestrais e construir novos saberes. A escrita tem sido responsabilidade da escola, em uma comunidade oral, essa responsabilidade cresce ainda mais. Sem política pública adequada o professor fica só, numa imensidão de lacunas.

Material didático em língua portuguesa

As duas escolas indígenas do município de Paranhos possuem duas extensões. E nas outras escolas, como na minha, pude perceber que os materiais didáticos são organizados em um armário, normalmente localizado na cozinha, esse seria o armário de consulta para todos os professores. Nas salas de aula também há outro armário, mas para uso do professor titular da sala. Em nenhuma das escolas há um espaço dedicado a livros para consulta dos alunos, não há um espaço específico para leitura.

A falta de espaço para formação de leitores transfere essa responsabilidade para a sala de aula. A cozinha seria uma pequena biblioteca, porém não se pode classificar dessa forma, ela é somente o depósito de livros que chegam à escola. Um lugar para guardá-los até que o professor resolva buscá-los para uso. Coloco essa parte nesta seção, pois a diferença de quantidade de material em português para a quantidade em língua guarani é muito marcante.

As escolas indígenas desse município dispõem de poucos livros em língua portuguesa, não é difícil falar da quantidade de livros, isso é visível, o local para estocá-los define bem o número de obras. Na maioria das escolas, trata-se de um armário com quatro portas, nele veem-se livros de literatura, mapas, material para consumo, livros didáticos, entre outras obras e equipamentos. A escrita não conseguiu um espaço na escola.

Há uma boa diversidade de material em língua portuguesa em algumas escolas, porém é parco a quantidade. Não há também uma diversidade suficiente, mas com o que se tem, já é possível iniciar um trabalho mais vigoroso. Porém, a quantidade de material fechado revela que além de pouco, não é usado. Em algumas escolas o número de livros didáticos lacrado é alto, todos em língua portuguesa. Os professores não usam o material, a justificativa mais ouvida foi quanto ao distanciamento entre o conteúdo do livro e a realidade da escola. Mas se o professor tivesse mais apoio,

conseguiria transformar esse material. O que não pode acontecer é deixar de usar o pouco material.

Outro fator preocupante é quanto aos livros didáticos para alfabetização, uma escola que se propõe a ensinar a escrita primeiramente em guarani, receber livros em português para tal objetivo é bastante complicado. Transformar esse material também não é uma boa idéia, pois corre-se o risco de ficar somente na tradução, então só resta usar esses livros consumíveis nas outras séries.

Um bom exemplo de material encontrado na escola indígena de Paranhos, a coleção escrita em língua portuguesa, *Porta Aberta*, destinada aos cinco anos iniciais do ensino fundamental. Essa coleção foi feita para outra realidade, tanto que pode ser facilmente encontrada nas escolas não indígenas. Pode ser usada na escola indígena, mas para isso o professor precisa realizar um debate constante, sobre a não adequação de tal material. Não esquecendo que o livro do primeiro ano dessa coleção é destinado especificamente á alfabetização, não há nada relacionado aos guarani e kaiowá. Por se tratar de um livro com ênfase no jeito de ser do mundo ocidental, a escola não tem escolha, utiliza como material de apoio para tirar algumas atividades.

Os professores reclamaram bastante dos livros disponíveis, seus comentários foram sempre relacionados á dificuldade de trabalhar com um material escrito em língua diferente da que as crianças estão acostumadas. Afirmaram inclusive a dificuldade que as próprias crianças denunciam nas aulas. É uma língua nova, em um material que foi produzido para quem já fala a língua portuguesa. São muitas variantes que precisam ser olhadas pelos professores.

Por esses motivos, muitos desses livros ficam isolados nos armários. Em uma das escolas, tinha-se uma quantidade bem maior de material didático em língua portuguesa, muito desse material estava fechado. Materiais como revistas, livros didáticos e livrinhos de história infantil, estavam fechados nos armários. Havia inclusive jogos didáticos, dicionários, entre outras coleções boas para uso, mostrou-se que não basta ter material, há a necessidade de discussão com os professores sobre o uso deles.

A quantidade de material em língua portuguesa é pouco, mas sem o uso do professor parecia muito. Não se criou nas escolas uma política para uso do material em língua portuguesa, não se definiu o espaço para essa língua. Somente uma escola tinha

uma biblioteca³ para guardar livros, também nela a quantidade de livros em língua portuguesa é muito superior aos escritos em guarani. A biblioteca pelo pouco espaço disponível é também um espaço para o professor consultar o material, não é possível levar os alunos para aquele espaço.

Percebemos que em todas as escolas são mais os livros didáticos na língua portuguesa que são entregues pelas secretarias de educação do município de Paranhos. Todas as escolas precisam de mais materiais didáticos, pois seria interessante que os alunos pudessem levar seus livros para as casa, criando assim uma política de uso dos livros didáticos e paradidáticos, o que ainda não foi criado pelas escolas, mas é urgente tal discussão.

Outra política interessante é a organização de mini-bibliotecas em todas as áreas guarani e kaiowá no município de Paranhos, para isso é necessário espaço físico, compra de material e contratação de pessoal, ações possíveis que mudariam a face da educação escolar do município.

Material didático em língua guarani

A quantidade de material didático em língua portuguesa é escassa, contudo quando comparada com os livros disponíveis em língua guarani parece substancialmente maior. Nas escolas com um armário para livros, das quatro prateleiras, metade de uma supre a necessidade ocasionada pelos livros na língua guarani. Pouca quantidade e pouquíssima variedade. Mesmo na escola que possui uma biblioteca há poucos livros disponíveis em língua guarani. Isso indica uma necessidade urgente de publicação de material na língua indígena.

A escola em Paranhos terá muita dificuldade de alfabetizar em língua guarani, não temos material nesta língua para aquisição da escrita. Apareceram alguns livros didáticos, confeccionados no Paraguai, porém também não discutem a realidade indígena brasileira, além de ser um exemplar, que só consegue ser o livro para consulta do professor. O Programa Nacional do Livro Didático não chega à alfabetização indígena guarani e kaiowá.

³ Trata-se de uma escola ligada à missão evangélica, nela a estrutura física é mais adequada. Há mais espaços e mais livros, porém ela possui outras formas de adquirir material, não só pelos órgãos públicos brasileiros.

A variedade de obras se concentra em livros paradidáticos construídos pelo curso de formação de professores em nível médio Ará Verá e por cartilhas e livros adquiridos no Paraguai. Muitos desses livros adquiridos fora do Brasil são escritos em guarani e espanhol. Mas mesmo com a pouquíssima variedade e pouca quantidade de obras, das disponíveis, ainda se encontra em algumas escolas coleções lacradas. Os professores acabam ignorando o livro e usando só o caderno para ensinar. A escrita da língua guarani acaba sendo desvalorizada também nas escolas indígenas.

Certamente é interessante comprar material fora, mas os municípios, precisam também centrar esforços na tarefa de construção de material didático para as escolas indígenas, tanto livros didáticos, quanto livros paradidáticos e de literatura, é uma tarefa que corresponderá ao previsto na legislação e atenderá melhor aos anseios da comunidade indígena.

O pouco material disponível em língua guarani, quando usado, só pode ser como apoio para o professor na elaboração de suas aulas. Mas se ele não tiver acesso a meios tecnológicos será inviável aproveitar tais textos. O professor então não tem livro em língua guarani para levar para sala, não pode fazer uma política de empréstimos de livros para os alunos, dessa forma o que aparece escrito vem em língua portuguesa, assim a própria escola indígena desfavorece e desvaloriza a escrita da língua guarani.

Esses materiais paradidáticos, mesmo em pouquíssima quantidade, têm servido de material de apoio na preparação de nossas aulas, principalmente nas series iniciais, mas não suprem as lacunas deixadas pelos outros materiais didáticos. Falta livro didático, falta livro de literatura entre outros gêneros na língua guarani. Nossas crianças não recebem material para leitura, só o pouco material reproduzido ou produzido em sala de aula pelos próprios alunos. Esse déficit de certa forma prejudica o desenvolvimento da escrita nas crianças, pois não possuem em suas casas materiais escritos para leituras e aqueles que os professores têm é de uso somente da escola. É bem mais difícil aprender a ler códigos escritos se não dispomos destes para utilizarmos.

Vale ressaltar que os professores precisam de equipamentos nas escolas e de treinamento para uso deles. Inclusive com computadores que facilitem a escrita em guarani. Esses podem contribuir muito para produção de materiais didáticos, além de poder proporcionar a coleta de material interessante para as aulas. Despertando assim nas crianças desejo de ler e compreender o mundo do qual fazem parte.

Conclusão

Esse trabalho deixou muitas interrogações, principalmente para nós que o produzimos. Isso porque olhar e detectar as necessidades foram somente o primeiro passo. Mas para se pensar em política específica para as escolas indígenas é mister expor a situação das escolas. No tocante ao material didático, a falta de políticas públicas é gritante. Não há livros didáticos, livros literários, gramáticas, dicionários e existem poucos livros paradidáticos. No entanto, os editais para publicação continuam muito controlados.

A legislação fala de material didático, mas a falta de objetividade das políticas torna os caminhos mais tortuosos. Inclusive seria necessária a abertura de espaço para produção contínua de material. Os poucos materiais que os professores produzem não chegam à publicação, pois falta verba para tal trabalho. Os alunos continuam sem ter em sua casa material em língua guarani e o pior a escola também não o tem. Desta forma, a escrita da língua guarani fica restrita à aula do professor, uma aula completamente centrada na competência do professor, pois ele deve, sem apoio, mostrar a escrita.

O resultado aqui verificado certamente pode ser visto nos outros municípios de Mato Grosso do Sul, também com outras etnias Brasil afora não é diferente. Portanto, o que foi aqui discutido serve para a situação indígena neste país, pois os materiais publicados para as comunidades indígenas continuam usando a língua portuguesa, pois essa continua sendo a língua geral. Nesse ínterim, as línguas indígenas são colocadas em espaços cada vez menores. Para recuperar tal status a escola indígena deve exigir a publicação de material em língua indígena e cobrar cada vez mais cumprimento da legislação que foi conquista com muita luta.

Referência Bibliográfica.

BARTOMEU, Melià. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edição Loiola, 1979. Coleção “Missão Aberta” – II.

BERGAMASCHI, M^a Aparecida (Org.) **Povos indígenas & Educação**. 1^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 159 pa. Série. Projeto e práticas Pedagógicas.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de Outubro de 1988.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1.996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

- _____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (Plano Nacional de Educação).
- _____. Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 14, de 14 de setembro de 1999.
- _____. Resolução do Conselho nacional de Educação nº 03. 10 de novembro de 1999.
- MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE nº 6767, 25 de outubro de 2002.
- NASCIMENTO, Adir. **Educação Indígena Palco das Diferenças**. Campo Grande-MS: Editora da UCDB, 2004.
- SILVA, Aracy & FERREIRA, Mariana. **Práticas Pedagógicas na Escola Indígena**. São Paulo: Editora Global, 2001.
- VAL, Maria da Graça Costa & MARCUSCHI, Beth (Orgs.). **Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.